

JANGUIÊ DINIZ

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

Apesar dos avanços, educação ainda desafia o futuro do Brasil

Nas últimas semanas, dois importantes retratos da educação brasileira revelaram um cenário de contrastes: avanços que merecem ser comemorados e desafios estruturais que continuam impondo limites ao desenvolvimento do país. Analisados de forma complementar, o Censo Escolar 2025, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e a Pnad Contínua Educação 2025, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são a síntese de um Brasil que caminha a passos lentos.

Enquanto o primeiro constatou uma melhora na trajetória dos estudantes do ensino médio, o segundo mostrou que o país ainda convive com gargalos históricos que comprometem a conclusão da educação básica, o acesso à educação superior e a formação de capital humano qualificado.

Por exemplo, entre 2022 e 2025, as taxas de reprovação, abandono escolar e distorção idade-série dos estudantes do ensino médio da rede pública caíram, respectivamente, 62%, 61% e 28%. No sentido oposto, a taxa de aprovação cresceu 11%. Não há dúvida de que trata-se de um resultado que merece ser celebrado. Há décadas, o ensino médio figura como uma das etapas mais frágeis da educação brasileira, marcada por altas taxas de evasão, repetência e desinteresse por parte dos estudantes.

Essa melhora demonstra que políticas públicas voltadas à permanência escolar podem produzir resultados concretos quando bem estruturadas. Entre elas, destaca-se o programa Pé-de-Meia. Embora seja natural que diferentes fatores tenham contribuído para esse cenário, é difícil dissociar a melhora dos indicadores da adoção de uma iniciativa que enfrenta um dos principais obstáculos para milhares de jovens brasileiros: a necessidade de abandonar a escola para trabalhar e complementar a renda familiar.

Mas seria um equívoco interpretar esses números de forma isolada. Como mostra a PNAD Contínua Educação 2025, o país convive com um enorme passivo educacional. São 8,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever. Cerca de 43% dos jovens de 14 a 29 anos abandonaram ou nunca frequentaram a escola por necessidade de trabalhar. Entre os brasileiros com 25 anos ou mais, apenas 57,4% concluíram o ensino médio.

Outro dado que chama a atenção consiste no trágico cenário em que estão mergulhados os “nem-nem”. Em 2025, o país possuía 46,6 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Destes, 17,5% não trabalhavam, não estudavam no ensino regular e tampouco frequentavam cursos de qualificação profissional. Embora esse percentual represente uma redução em relação aos 22,4% registrados em 2019, ele ainda corresponde a milhões de brasileiros afastados simultaneamente da educação e do mercado de trabalho. Trata-se de um contingente que ilustra, talvez como nenhum outro indicador, o tamanho do desafio brasileiro na construção de trajetórias educacionais e profissionais consistentes.

Esse cenário também ajuda a explicar por que o acesso à educação superior continua avançando em ritmo inferior ao necessário. Segundo a Pnad, apenas 21,4% dos brasileiros com 25 anos ou mais concluíram uma graduação. A meta do

novo Plano Nacional de Educação (PNE) é elevar para 40% a população de 18 a 24 anos com acesso a cursos superiores. Trabalhar para que esse percentual seja atingido é fundamental para um país que pretende aumentar sua produtividade, fortalecer sua capacidade de inovação e competir em uma economia baseada no conhecimento.

Nesse contexto, o ensino médio assume um papel ainda mais estratégico. Não apenas porque representa a etapa final da educação básica, mas porque o fechamento desse ciclo é indispensável para o acesso ao ensino superior. Cada estudante que abandona a escola reduz significativamente suas possibilidades de qualificação profissional, inserção produtiva e mobilidade social. Da mesma forma, cada jovem que conclui o ensino médio amplia suas chances de dar continuidade aos estudos, acessar melhores oportunidades de trabalho e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Os resultados divulgados pelo Inep demonstram que o Brasil é capaz de melhorar seus indicadores quando há políticas públicas consistentes, financiamento adequado e foco na permanência dos estudantes. Já os dados da PNAD lembram que o caminho ainda é longo e que o desafio não termina com a conclusão do ensino médio. É preciso transformar esse avanço em uma verdadeira ponte para a educação superior, ampliando as oportunidades de acesso e permanência na graduação.

Celebrar os avanços é necessário. Mas eles só produzirão os efeitos esperados se forem compreendidos como parte de uma estratégia mais ampla, capaz de conectar educação básica, ensino médio, educação superior e mercado de trabalho. Afinal, reduzir a evasão é uma conquista importante. Transformar esses jovens em universitários e profissionais qualificados é o desafio que realmente definirá o futuro do Brasil.

LEONARDO CHUCRUTE

Gestor em Educação e CEO do Zerohum

A tecnologia e a escola atual: inovação com propósito pedagógico

A escola atual não pode mais ignorar o papel central da tecnologia. Ela está presente na forma como aprendemos, nos comunicamos, trabalhamos e nos relacionamos. Incorporar recursos tecnológicos ao ambiente escolar deixou de ser apenas uma tendência para se tornar uma necessidade estratégica. Essa integração, no entanto, exige planejamento, intencionalidade pedagógica e foco no desenvolvimento humano.

A verdadeira transformação educacional ocorre quando a tecnologia está alinhada ao projeto pedagógico da escola. Ferramentas como plataformas adaptativas possibilitam a

personalização do ensino, respeitando o ritmo e as necessidades individuais de cada aluno. Já a gamificação e as metodologias ativas tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico, lúdico e significativo, ampliando o engajamento dos estudantes.

A escola atual rompe com o modelo tradicional baseado na transmissão passiva de conteúdos. Ela estimula o protagonismo estudantil, o pensamento crítico, a colaboração, a criatividade e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia e resiliência. Nesse cenário, o professor assume um papel ainda mais relevante, atuando como mediador, orientador e mentor do processo de aprendizagem com uma metodologia ativa.

Para que essa transformação seja efetiva, é essencial investir na formação continuada dos professores, oferecendo suporte para o uso das ferramentas digitais de forma crítica, ética e criativa. Organizações como a UNESCO e a legislação educacional brasileira reforçam que a tecnologia deve atuar

como apoio pedagógico, sem jamais substituir o vínculo humano.

Além da sala de aula, a tecnologia também contribui para a eficiência da gestão escolar. Sistemas de matrícula online, controle de frequência, comunicação com as famílias e análise de desempenho acadêmico reduzem a burocracia e fortalecem a parceria entre escola, família e comunidade.

Outro aspecto fundamental é a preparação dos alunos para o futuro. Desenvolver competências digitais, como pensamento computacional, uso ético da informação, segurança na internet e consciência digital, é indispensável em um mundo cada vez mais conectado. Ao mesmo tempo, é necessário enfrentar desafios como a exclusão digital, a dependência tecnológica e a preservação da saúde mental dos estudantes.

Mais do que formar usuários de tecnologia, a escola de hoje tem a missão de formar cidadãos digitais conscientes, críticos e responsáveis. A educação do futuro começa agora.

PAULO SERRA

1º vice-presidente da Executiva Nacional do PSDB e presidente do Diretório Estadual do PSDB de São Paulo

Enquanto o Brasil briga e se distrai, as bets vencem

Há um efeito da polarização política que raramente é discutido, mas que, talvez, seja um dos mais perversos que existe quando é o futuro que está em jogo. Este resultado, afinal, nos impede de discutir os problemas que realmente estão interferindo na vida das pessoas - e, na maioria das vezes, com consequências catastróficas. Estou falando das apostas esportivas.

O tema ganhou força nos últimos meses, e, especialmente durante a Copa do Mundo, quando as transmissões dos jogos passaram a ser tomadas por propagandas de bets. Não se trata, tão somente, de uma discussão sobre publicidade, mas de um debate necessário e urgente.

Hoje, especialistas já alertam para o crescimento da dependência em plataformas de azar, especialmente entre jovens, idosos e pessoas de baixa renda. Levantamentos sinalizam que uma parcela significativa do endividamento dos brasileiros está relacionada às apostas. Estima-se que cerca de 57% das famílias que convivem com este tipo de débito tenham algum vínculo com aporte em apostas. Mais do que

um problema econômico, estamos, portanto, diante de um novo vício, de uma nova chaga social.

O sonho do dinheiro fácil, alimentado por Marketing agressivo e com a presença constante de influenciadores e de atletas promovendo bets, cria ilusão perigosa. Para milhares de brasileiros, jogar deixa de ser entretenimento e passa a ser uma (falsa) esperança de resolver percalços financeiros, e que, ao fim, quase sempre termina em frustração e em mais endividamento.

Os jogos de azar agem no sistema de recompensa do cérebro. Por isso que, aquilo que começa como uma simples aposta, como passatempo, pode, rapidamente, evoluir para uma patologia, fazendo com que o indivíduo perca a capacidade de controlar o tempo e o dinheiro investidos, mesmo diante de perdas devastadoras.

O desespero financeiro e o adoecimento mental fazem com que muitos indivíduos desenvolvam níveis insuportáveis de ansiedade e de depressão, o que leva, não raramente, à morte e ao suicídio. Casos recentes, como o do policial militar que morreu vítima de transtorno depressivo severo, após acumular uma dívida de quase R\$ 1 milhão, têm servido de alerta para o impacto devastador das bets.

Isso não significa demonizar o setor, nem defender proibições simplistas. No meu entendimento, o caminho responsável passa por séria regulamentação. O Brasil precisa

discutir limites para a propaganda deste tipo de produto; mecanismos eficientes de fiscalização; controle rigoroso da atuação das plataformas; transparência nas operações; campanhas permanentes de conscientização; e ações para a prevenção e o tratamento da ludopatia (dependência em jogos).

Outros países já avançaram nesta seara. No Brasil, estamos atrasados. Isso porque a energia política do País está sendo consumida por conflitos permanentes que rendem curtidas, mas que não produzem resultados concretos e soluções.

O sujeito que perdeu o controle financeiro por causa de apostas on-line não quer saber quem venceu a última discussão nas redes sociais. A família que testemunhou um filho se afundar em vício em bets não está preocupada com hashtags. Ela quer proteção, informação e políticas públicas que lhe atenda em suas necessidades e urgências.

É exatamente para isso que existe a Política. Governar não é alimentar conflitos - é enfrentar e discutir com propósito e compromisso a regulamentação das apostas no Brasil. Porque, enquanto o debate público permanece preso à guerra permanente entre os extremos, problemas silenciosos continuam se espalhando, fazendo vítimas e deixando rastros de destruição.

De tudo, este, ao meu ver, é o maior prejuízo da polarização. Ela não apenas divide o País - ela distrai toda uma nação. E um Brasil desatento demora muito mais para enfrentar aquilo que ameaça a saúde mental e a segurança econômica de sua gente.